

O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875
Américo de Campos (1875-1884)
Francisco Rangel Pestana (1875-1890)

Julio Mesquita (1885-1927)
Julio de Mesquita Filho (1915-1969)
Francisco Mesquita (1915-1969)
Luiz Carlos Mesquita (1952-1970)

José Vieira de Carvalho Mesquita (1947-1988)
Julio de Mesquita Neto (1948-1996)
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita (1947-1997)
Ruy Mesquita (1947-2013)

É só mais do mesmo

✳
JOSÉ NEUMANNE

Antes de se lançar candidato à Presidência da República, o então governador de Pernambuco e presidente nacional do Partido Socialista Brasileiro (PSB), Eduardo Campos, defendia em conversas com interlocutores políticos a teoria de que era preciso que os políticos de depois da redemocratização se unissem para fazer uma reforma de verdade na gestão pública. O exemplo mais próximo que encontrava para apontar como possível aliado era o do senador tucano mineiro Aécio Neves, já então tido como inevitável candidato do maior partido de oposição contra a reeleição da petista Dilma Rousseff. A hipótese de uma união entre os dois ainda parecia plausível quando Campos abriu fogo contra o governo de que fora aliado para tornar viável a própria candidatura. Hoje a proposta sumiu de cena e não está afastada a possibilidade de o socialista apoiar a petista num eventual segundo turno.

O simples fato de os dois candidatos à mudança radical no comando da gestão pública brasileira serem netos de dois dos principais líderes da atividade política no período entre a queda do Estado Novo, em 1945, e o golpe militar de 1964 já bastava por si só para dar à ideia sua verdadeira dimensão: a de papo para espantar o tédio. Afinal, a simples menção aos dois protagonistas dessa aliança “renovadora” nacional (não por acaso uso o nome do partido que congregava civis que apoiavam o regime militar) bastaria para trazer a lume a evidência de que não passava de uma nova roupagem para a única oferta que os políticos têm dado sempre aos cidadãos: “mais do mesmo”. Eduardo assina Campos (do pai, o escritor Maximiano), mas é neto de Miguel Arraes, da mais notória oligarquia nordestina, a Alencar do Ceará. Aécio não assina Cunha, do pai, mas Neves, como o avô materno ilustre, Tancredo, que foi ministro da Justiça do suicida Getúlio Vargas e uniu a dissidência do partido governista, o PSD, com o principal partido de oposição à ditadura na época, o PMDB, para se eleger no colégio eleitoral e faltar à posse por doença.

A citação avoenga de ambos pode até parecer implicância boba deste autor ranheta. Mas os primeiros passos dados na (vá lá) pré-campanha já indicam desde logo que a candidata à reeleição e os dois pretendentes a tirá-la do trono dão indícios claros de que “tudo continua como dantes” no palanque de Abrantes – já que de quartel não se trata mais. Ciente de que a aliança com a ambientalista Marina Silva não o credenciará por si só a chegar ao provável segundo turno contra a presidente, o filho da ex-deputada feita por ele ministra do Tribunal de Contas da União, Ana Arraes, partiu contra o filho do ex-deputado Aécio Cunha com sangue nos olhos e faca nos dentes.

Dilma promete de novo o que não fez e Aécio sugere que ‘suguem o que puderem’

O PSB de Campos – alavanca com que, a exemplo de Arquimedes, ele diz querer remover os compromissos com o passado da política para lançá-la rumo ao futuro ou, no mínimo, para o presente – protagonizou um dos episódios mais óbvios de pragmatismo eleitoral: explicitou apoio ao PT de Dilma no Rio e ao PSDB de Aécio em São Paulo. Mas isso, embora seja mais uma prova de que tudo continua sendo só mais do mesmo, não implica uma prática malfazeja em si, que justifique o apelido dado pelo prefeito do Rio, Eduardo Paes, ao movimento: “bacanal eleitoral”. Como de hábito na política brasileira, o sujeito apenas maldisse o mal lavado. Há pouco, Paes deixou de ser um oposicionista ferrenho ao PT federal para se eleger e reeleger pelo PMDB e, assim, aderir ao partido de Lula, que fingia abominar. Nesse caso, Campos tem toda a razão ao afirmar, como o fez na convenção de seu partido, que “o povo brasileiro que não tem filiação partidária, que não vai disputar eleição, não quer saber se a coligação em tal Estado é assim ou assado, mas se tem na política alguém disposto a fazer o debate que não é só do mundo dos políticos, mas do seu mundo, da sua pauta, do seu sonho”. Os candidatos deveriam decorar essa sentença.

Mas não bastaria enunciar o nobre conceito. Vai ser preciso praticá-lo. Dilma, ainda em primeiro lugar nas pesquisas e ainda com perspectiva de ganhar no primeiro turno, teve a desfaçatez de repetir todas as promessas que fez na eleição para seu primeiro mandato, em 2010. Manteve, então, o hábito de prometer mais, mesmo já tendo mostrado que nem sempre cumpre. A distância entre discurso e ação no palanque dela reproduz uma incoerência que atinge as raízes do absurdo. Em 2011, em nome de uma pretensa faxina moral que prometeu fazer na Esplanada dos Ministérios, afastou Alfredo Nascimento do Ministério dos Transportes. A três meses do pleito de outubro, nomeou para o posto o indicado pelo presidente do PR, Valdemar Costa Neto, que ora mantém residência fixa no presídio da Papuda. Depois, fez uma profissão de fé nas “convicções” que comunicaria para o governo Dilma, dono do PSD, para alcançar o triplo do tempo de propaganda na TV e no rádio do seu perseguidor mais próximo, Aécio, e sete vezes o de Campos.

Este, de olho nos 72% de eleitores que querem mudar já, lembrou que PSD e PT estão no poder há 20 anos, mas omitiu que não faz tanto tempo assim que um aliado por ele indicado para o governo Dilma, Fernando Bezerra Coelho, careceu para o Estado que governava 90% dos recursos do Ministério da Integração Nacional. E Aécio, que não consegue se aproximar do primeiro lugar na disputa pela preferência do voto, conseguiu bater a favorita Dilma em baixaria ao sugerir que os dissidentes das legendas governistas “suguem o máximo que puderem” e, depois, votem nele. Esqueceu-se de que o leite que engorda as tetas do Estado é pago pelo povo.

Diante disso, muitos cidadãos creem que a resposta mais inteligente será abster-se ou votar nulo e em branco. É mais cômodo, mas também o meio menos responsável de manifestar desagrado pelo “mais do mesmo” que inevitavelmente virá aí. Afinal, os políticos são escolhidos na urna pelo cidadão e este não deve se omitir.

✳
JORNALISTA, POETA E ESCRITOR

Navegar, estudar e aprender

✳
BEATRIZ CARDOSO

Três verbos complementares entre si, que denotam atividades cognitivas diferentes, cada uma com sua especificidade. Todavia elas tendem a ser tratadas como se fossem a mesma coisa. Embora a relevância dessa afirmação pareça secundária, na prática, o fato de compreendê-las como ações equivalentes tem impactado o ensino e a aprendizagem da leitura, bem como limitado as possibilidades de apropriação de conteúdos das diferentes áreas do conhecimento.

No Brasil, segundo os resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb 2011), apenas 40% dos alunos do 5.º ano do ensino fundamental atingiram um nível adequado em compreensão leitora. A situação é mais grave considerando as desigualdades regionais. No Norte e no Nordeste outros 40% se encontram num nível considerado crítico na realização das mesmas atividades (Brasil, 2006, 2012).

Tal urgência exige inovação, quase sempre atrelada à tecnologia. O envolvimento dos diferentes setores e a preocupação com o resultado da escolaridade dos alunos é um ótimo sinal, mas deve-se evitar o reducionismo, que pode pegar carona num panorama de crise. Com frequência, em diferentes fóruns, explícita ou implicitamente, surge o discurso que culpabiliza a escola por tudo.

Há uma expectativa geral de se “tirar a escola da caixa”, que precisa mesmo ser revista. O desafio, contudo, é separar o joio do trigo, identificar as fragilidades e encontrar caminhos para tornar o sistema ajustado aos desafios contemporâneos.

A escola pode cumprir papel relevante, desde que reorientada para isso. “Abandonar” esse equipamento, historicamente tão relevante, em troca da oferta direta ao aluno, que desconstrói a mediação no aprendizado, transferindo-a para contextos virtuais e individuais ou ao apoio horizontal de uma rede de acesso à informação, pode incidir apenas na superfície do problema.

Navegar, estudar e aprender não são sinônimos. A oportunidade de acesso à internet e o contato com conteúdos de di-

versas áreas do conhecimento não promovem, necessariamente, capacidade de compreensão. A sociedade atual exige o domínio de práticas de leitura e apropriação de “chaves” para a análise e compreensão dos textos, bem como a capacidade crítica para lidar com as informações acessadas. O desafio é aprender a decifrar, interpretar, analisar, parafrasear, reproduzir, citar, comentar e produzir textos escritos. Cada uma dessas dimensões requer aprendizagem específica, oportunidade e experiência com o objeto de conhecimento. Temos de migrar da formação de consumidores de leitura para produtores de conhecimento. Isso se faz não apenas por leitura, mas por meio da configuração de contextos intencionais em que o aluno tenha a oportunidade de explorar essas diferentes dimensões.

A escola pode e deve ter protagonismo nesse sentido. Em vez de criar atalhos que corram paralelamente a ela, precisamos encontrar caminhos que potencializem seu papel na sociedade atual. Como dar um lugar inteligente e generativo para a escola e para o professor?

Navegar consiste em categorizar, selecionar e identificar informação. Estudar equivale a saber estabelecer uma rede de conexões entre conheci-

O Brasil precisa passar a formar produtores de conhecimento, não só consumidores de leitura

mentos, experiência e informação. É preciso aprender a fazer isso. Mediar para construir categorias de análise, tornar observáveis determinadas dimensões de um texto, interagir e rever o conhecido, processar a experiência, pensar sobre o objeto de conhecimento, etc. Assim, estudar é aprender a trabalhar com textos escritos de maneira a construir conhecimentos, resolver problemas e desenvolver projetos.

A inclusão de milhares de alunos nesse outro patamar, que transitem livremente pelas práticas próprias do discurso letrado, depende de um trabalho intencional e planejado. São necessárias estratégias que os auxiliem a se relacionar de um modo epistêmico com os textos,

para que aprendam com e sobre eles, e não apenas para que extraíam informações pontuais sobre um tema em questão. E, nesse contexto, o professor, como um parceiro experiente, tem papel fundamental.

É ao “desconstruir” os textos, estudando-os, segmentando-os, analisando-os e interpretando-os, que se avança. O segredo está em como ajudar os estudantes a entrar na camada interna dos textos, a explorar suas formas e características metalinguísticas. Estudar é, portanto, resultado de um conjunto de processos cognitivos que se manifestam por meio dessas microatividades, que se superpõem.

Uma das funções da escola é criar condições para que cada aluno possa experimentar, isoladamente e em conjunto, cada uma delas. É, no entanto, possível passar por uma escolaridade que não produza esse contexto de aprendizagem. E na urgência de resolver tal problema há o risco de se investir em programas e propostas que, sob as premissas da inovação, da tecnologia da informação e da atenção individualizada ao aluno, enfraqueçam cada vez mais a atuação do professor e, em consequência, o tipo de relação que os alunos têm com o conhecimento.

Quais serão as consequências individuais e coletivas dessa opção daqui a uma década?

Nesse contexto, se quisermos atingir todos os alunos, e não apenas uma parcela que tem acesso a oportunidades contingenciais, devemos encarar os desafios de valorizar o papel da escola, de investir na formação dos professores e no desenvolvimento de conhecimento aplicável e de metodologias que lhes deem suporte. E se quisermos, de fato, garantir igualdade de oportunidades para todos, é mais racional e produtivo capacitar esse quadro, em lugar de criar soluções individualizadas, que vão direto a cada aluno, como caminho de correção de um problema sistêmico.

✳
DOUTORA EM EDUCAÇÃO PELA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). É DIRETORA EXECUTIVA DO LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO E FELLOW 2013 DO HARVARD ADVANCED LEADERSHIP INITIATIVE

Fórum dos Leitores

GESTÃO HADDAD Plano Imobilidade

O Plano Imobiliário, digo, o Plano Diretor da cidade de São Paulo finalmente foi aprovado. Espigões darão o tom à cidade, sem mais nada do que eles requerem. Esqueceram-se de diminuir o desequilíbrio existente na oferta de transporte público de qualidade e de estabelecer a ampliação da malha metropolitana da cidade para 500 quilômetros ou mais, de incluir a revitalização imediata da frota de ônibus e de autorizar frota executiva com tarifa especial. Esqueceram-se, ainda, de retirar de circulação na cidade os veículos automotores leves e pesados irregulares, além de vetar a sua entrada no Município. Agora, sem sistema de mobilidade coerente com o porte e a maximização do adensamento da cidade, São Paulo pode parar.

SUELY MANDELBAUM, urbanista
suely.m@terra.com.br
São Paulo

Mais 250 espigões por ano

O novo Plano Diretor foi aprovado em época de “é dando que se recebe” com representantes das construtoras, e não visando o bem-estar da população. Esta deveria pleitear moradia sustentável com menor custo e menor gasto de energia e água, aumento das áreas verdes da cidade, proteção dos mananciais e recuperação das margens de importantes rios que passam em São Paulo, para devolvê-los à população. Liberam tudo o que as construtoras precisam para ganhar mais dinheiro, deixando esta cidade ainda com mais trânsito e poluição de todo tipo. Os moradores dos espigões aprovados em qualquer lugar da cidade precisarão utilizar elevador, ar-condicionado, colocar grades nas janelas e, se puderem, fechar os quartos com janelas antirruído se quiserem ter uma boa noite de sono. Não quero perder as esperanças de um futuro melhor

para os que habitam esta cidade.
MARCIA MACIEL
marciamaciel8@icloud.com
São Paulo

Se é para liberar geral a construção de espigões em quase todos os quarteirões, não é preciso Plano Diretor, basta entregar a administração municipal ao Secovi, de uma vez. E nossos frágeis vereadores devam ceder seu lugar aos sócios-gerentes das maiores incorporadoras locais, assim ficaria mais fácil destruir o pouco que resta da já sofrível qualidade de vida em São Paulo.

RICARDO HAROLDO RIBEIRO
rharoldo@ig.com.br
São Paulo

Invasões

O Plano Diretor também transforma a tolerância com invasões em “direito adquirido”. Era só mesmo o que faltava, um plano

legalizador de invasões! Esse é o tal “Arco do Futuro”? Diga aí, prefeito, queremos saber!

A. FERNANDES
standyball@hotmail.com
São Paulo

Quer dizer que nós vamos ficar reféns do MTST e a cidade cada vez pior? É muita picaretagem!

JOSE ROBERTO IGLESIAS
rzejglesias@gmail.com
São Paulo

Alerta aos paulistanos

Moro num bairro estritamente residencial e unifamiliar há mais de 30 anos. Sou, portanto, um observador-referência e, nessa condição, vejo as transformações urbanas da minha cidade, resultado de obscura e persistente relação dos poderes público e econômico – com a prevalência do último, claro. Registre as bordas do bairro passarem ilicitamente a

ser de uso comercial, sem nenhuma justificativa de interesse público, exceto a valorização desses lotes em 1.000%, e a instalação da perturbação do sossego a que nos submetem. E mais: a forma arquitetônica adotada na ampliação de um shopping a 50 metros do bairro amplificou o ruído do trânsito em até 977,2 vezes (você não leu errado!), conforme estudo realizado. Existe legislação ambiental-urbanística, mas a atuação da municipalidade é lenta e burocrática, o que não é novidade no serviço público brasileiro. A Justiça, quando convocada, exhibe o despreparo dos nossos juizes de primeira instância em questões ambientais e urbanísticas, negando a tutela antecipada e remetendo os processos ao Tribunal de Justiça, que os devolve entendendo prevalecer a convicção do juiz local. Quem ganha com isso? O especulador! Portanto, com o Plano Diretor recém-aprovado, os paulistanos fiquem alertas para o pseudoproceto urbanístico dita-

do pelos especuladores de planalto, exigindo a retirada da população de suas casas abertas para viver em condomínios fechados, verticais ou horizontais, a lucrativa moda imobiliária do momento. Tudo com auxílio e benesse dos agentes políticos que colaboraram para essa situação degradante, até usando maliciosamente movimentos sociais para justificar suas posições. Façam da informação a sua arma e do seu voto o tiro mortal para a exclusão desses indivíduos rotulados como políticos. Eles não falam por nós, falam pelo especulador e por seus próprios interesses.

HONYLDO R. PEREIRA PINTO
honyldo@gmail.com
Ribeirão Preto

Contradições

O ministro da Fazenda mantém a alíquota reduzida do IPI de carros. A ganstança do governo já é um saco sem fundo, vide as mais variadas propagandas. Até o que